

JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO  
Promotor de Justiça.  
Professor Universitário.  
Mestre em Integração Latino Americana - UFSM.

## **DIREITO DOS ANIMAIS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2006

**Localização: 34:591.9(81)**

**A228d**

**Código de barras: STJ00065779**

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

C355d Castro, João Marcos Adede y  
Direito dos animais na legislação brasileira / João  
Marcos Adede y Castro. - Porto Alegre : Sergio Antonio  
Fabris Ed., 2006.  
216 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 85-7525-387-5.

1. Animal: Direito: Brasil 2. Animal: Proteção: Brasil.  
3. Animal: Direito Internacional Público. I. Título.

CDU-34:501.9

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO I - DO DIREITO INTERNACIONAL DOS ANIMAIS</b>	15
1. A Conferência do Meio Ambiente de Estocolmo, de 1972	15
2. A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978	17
2.1. Igualdade entre animais	18
2.2. Os direitos dos animais e o homem	18
2.3. Maus tratos e atos cruéis	19
2.4. Direito à liberdade	20
2.5. O animal e seu "habitat"	21
2.6. O direito à vida	22
2.7. O animal no trabalho	22
2.8. Experimentos com animais	23
2.9. Animais que servem à alimentação	25
2.10. Divertimentos com animais	26
2.11. Mortes de animais = biocídio	28
2.12. Morte de espécies = genocídio	28
2.13. Respeito aos animais	29
2.14. Associações de proteção de animais	30
3. A Conferência do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, de 1992	31
<b>CAPÍTULO II - DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>	35
1. Dos princípios do meio ambiente na Constituição Federal	35
2. Da representação legal dos animais em juízo e fora dele	42
3. Dos princípios constitucionais do processo aplicados à defesa dos direitos dos animais	45
4. Dos animais como "propriedade" das pessoas	46
5. Da indenização por danos causados a animais	48
<b>CAPÍTULO III - DOS DIREITOS DOS ANIMAIS NA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA DE CARÁTER GERAL</b>	53
1. Da proteção dos animais na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente	53
2. Da proteção dos animais nas Estações Ecológicas	58
3. Da proteção dos animais nas Unidades de Conservação	60
4. Da proteção dos animais no Código Civil de 2002	63
5. Da proteção dos animais no Estatuto da Terra	64
6. Dos rodeios	65
7. Do Conselho Nacional de Proteção à Fauna	69

Localização: 34:591.9(81)

A228d

Código de barras: STJ00065779

<b>CAPÍTULO IV - DO CÓDIGO DE DEFESA DOS ANIMAIS</b>	71
1. Da tutela do Estado	72
2. Dos maus tratos a animais	75
2.1. Da multa judicial	75
2.2. Da multa administrativa	76
2.3. Da prisão	77
3. Da representação dos animais em juízo	78
4. Das atitudes que importam em maus tratos	79
5. Da tração de veículos por animais	84
6. Dos castigos violentos a animais	85
7. Da apreensão do animal maltratado	87
8. Da aplicação das penas	88
9. Do confisco do animal maltratado	89
10. Da colaboração do Poder Público às ONGs	90
11. Do conceito de "animal"	91
12. Das disposições finais	92
<b>CAPÍTULO V - DAS CONTRAVENÇÕES E DOS CRIMES CONTRA ANIMAIS</b>	93
1. Do Código Penal	93
2. Da Lei das Contravenções Penais	94
3. Do Código de Caça	95
4. Da vivissecção de animais	99
5. Dos crimes contra animais na nova lei ambiental	100
5.1. Matar ou caçar, sem permissão	100
5.2. Exportação sem licença	102
5.3. Introdução de espécime, no Brasil	103
5.4. Abusos e maus tratos a animais	103
5.5. Extinção de espécies aquáticas	104
5.6. Pesca em período de piracema	105
5.7. Pesca predatória	106
5.8. Exclusão de ilicitude	107
<b>CAPÍTULO VI - DA CAÇA</b>	109
1. Da Legislação Civil do Império	110
2. Do Código Civil de 1916	110
3. Do Código Civil de 2002	110
4. Da Lei de Introdução ao Código Penal	111
5. Do Código de Caça	111
5.1. Proibição da caça profissional	111
5.2. Introdução de espécies, no Brasil	114
5.3. Caça em reservas biológicas	114
5.4. Clubes, sociedades de caça e criadouros	115

**Localização: 34:591.9(81)**

**A228d**

**Código de barras: STJ00065779**

5.5. Conceito de caça	117
5.6. Caça que era permitida	117
5.7. Métodos de caça proibidos	118
5.8. Clubes amadoristas de caça	119
5.9. Caça com fins científicos	120
5.10. Proibição de exportação	123
5.11. Licenças para caçadores	123
5.12. Registro de empresas que negociam animais	124
5.13. Registro de clubes amadoristas de caça	125
5.14. Fiscalização da aplicação da lei	126
5.15. Dos crimes contra animais	127
5.16. Educação ambiental	128
5.17. Conselho Nacional de Proteção à Fauna	129
6. Das Unidades de Conservação	131
7. Do Estatuto do índio	133
8. Da Jurisprudência	134
<b>CAPÍTULO VII - DA PESCA</b>	<b>137</b>
1. Da Legislação Civil do Império	137
2. Do Código Civil de 1916	138
3. Do Código Civil de 2002	138
4. Da Lei de Introdução do Código Penal	139
5. Do Código de Pesca	139
5.1. Conceito de pesca	140
5.2. Objetivos da pesca	143
5.3. Bens de domínio público	144
5.4. Alcance territorial da lei	145
5.5. Pescador profissional - conceito, regras, matrícula	147
5.6. Pescador amador - regras, autorização	150
5.7. Pesca científica	152
5.8. Registro de associações amadoras de pesca	152
5.9. Coleta de material biológico	154
5.10. Limites territoriais da pesca	156
5.11. Proibição de importação de espécies	157
5.12. Proibição de pesca	159
5.13. Responsabilidade de donos de represas	163
5.14. Poluição de águas por efluentes	164
5.15. Lançamento de óleos em águas	168
5.16. Regulamentação e controle da pesca	170
5.17. Pesca subaquática	172
6. Das Unidades de Conservação	173
7. Do Estatuto do índio	174
8. Da Jurisprudência	174

**Localização: 34:591.9(81)**

**A228d**

**Código de barras: STJ00065779**

<b>CAPÍTULO VIII - DAS EXPERIÊNCIAS COM ANIMAIS VIVOS - VIVISSECÇÃO</b>	177
1. Das disposições legais	179
1.1. Da Lei das Contravenções Penais	179
1.2. Da Lei Federal número 6.638/79	180
1.3. Do artigo 225 da Constituição Federal	182
1.4. Da Lei Federal número 9.605/98	182
1.5. Do Decreto Federal número 3.179/99	183
2. Técnicas utilizadas nos experimentos com animais vivos	184
2.1. Teste de Dose Letal (LD 50)	184
2.2. Testes de inalação	184
2.3. Método Draize	184
3. Alternativas às experiências com animais vivos	187
3.1. Modelos e simuladores	187
3.2. Filmes e vídeos interativos	187
3.3. Simulações computadorizadas e realidade virtual	187
3.4. Auto-experimentação	188
3.5. Uso responsável de animais	188
3.6. Estudos de campo e de observação	188
3.7. Experiências in vitro	188
4. Vantagens da utilização de métodos alternativos	189
5. Conclusões	191
<b>CAPÍTULO IX - DOS JARDINS ZOOLOGICOS</b>	193
1. Da Lei Federal que dispõe sobre o funcionamento dos jardins zoológicos	195
2. Registro dos jardins zoológicos	195
3. Classificação e exigências	196
4. Responsabilidade por danos aos animais	198
5. Da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	198
6. Críticas à existência de jardins zoológicos	199
7. Conclusões	200
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	201
<b>ANEXO I - ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DOS ANIMAIS</b>	207
Organizações brasileiras	
Organizações gaúchas - endereços físicos	
Organizações internacionais	
<b>ANEXO II - PARA REFLETIR: A ÉTICA E OS ANIMAIS</b>	
<b>- CRISTINA BECKERT</b>	213